ATA Nº 10 - 2018 - Mandato 2017/2021

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO. ----------

Aos dezasseis dias do mês de novembro do ano dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente, na sua primeira reunião, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: ----------

Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 16 de setembro e 04 de novembro de 2018;

Ponto 2- Apreciação e aprovação da proposta de aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios municipais;

Ponto 3- Apreciação e aprovação da proposta do imposto municipal sobre imóveis (IMI), para vigorar no ano de 2019;

Ponto 4- Apreciação e aprovação da proposta de derrama para vigorar no ano de 2019;

Ponto 5- Apreciação e aprovação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos no ano de 2019;

Ponto 6- Apreciação e aprovação da proposta das grandes opções do plano orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2019;

Ponto 7- Apreciação e aprovação da proposta da autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos compromissos para o ano de 2019;

Ponto 8- Apreciação e aprovação da proposta de substituição na CPCJ de Ílhavo, da representante do PS pela AMI, Domingas Loureiro;

Ponto 9- Apreciação e votação do pedido de regresso antecipado relativamente aos 365 dias inicialmente solicitados, pelo membro, Hugo Lacerda;

Ponto 10- Apreciação e votação da proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mota (PP da ZIM) e estabelecimento de medidas preventivas – parecer da CCDR-C.

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelas primeira e segunda secretárias, respetivamente, Fernanda Cravo e Margarida São Marcos. ---------

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Municipal Fernando Caçoilo e os Vereadores Eduardo Conde, Fátima Teles, Sérgio Lopes, Marcos Ré e Tiago Lourenço. Justificou a ausência a Vereadora Sara Pinho, por doença da sua filha recém-nascida. ----------

CHAMADA: ----------

Uma vez declarada aberta a reunião o Presidente da Mesa, informa ter recebido pedido de justificação e substituição nos termos do artigo 6º. do Regimento, do membro, Hugo Coelho, do Grupo Parlamentar do PSD, que foi substituído por, Eduardo Arvins. ----------

Feita pela primeira secretária a chamada dos membros deste órgão, verificou-se a presença dos 25 membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Fernanda Cravo, Margarida São Marcos, Luís Leitão, António Pinho, Manuel Soares, António Flor Agostinho, João Bernardo, Irene Ribau, Carla Rodrigues, André Guimarães, Ricardo Santos, Pedro Rosa Novo, Pedro Martins, Eduardo Arvins, Domingas Loureiro, Carla Madail, Rui Anjo, Cláudia Santos, Margarida Alves, João Campolargo, Carlos Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino. ----------

Luís Leitão: Pede a palavra para propor um ponto de ordem à mesa, que depois de concedida passa a ler o seguinte documento, entregue à Mesa: ----------

DECLARAÇÃO ----------

Decisão da Mesa da Assembleia Municipal força abandono da bancada do Partido Socialista. ----------

A bancada do PS discorda frontalmente da decisão da Mesa da Assembleia de submeter à apreciação do plenário a cessação antecipada da suspensão de mandato comunicada pelo Deputado Municipal Hugo Lacerda, porque esta actuação contraria cabalmente as disposições regimentais e violam os princípios básicos da representatividade democrática, coartando o exercício do mandato a um dos eleitos do PS, ferindo assim a representação democrática dos eleitores do concelho.

A verdade é que o Regimento da Assembleia Municipal (RAMI), uma vez findos os motivos que levam ao pedido de suspensão de mandato feito por um membro e logo que este comunique o término dos mesmos, este retoma as suas funções mediante convocatória pelo Presidente da Assembleia, o que não sucedeu.

Se no passado poderia haver qualquer dúvida na interpretação destas situações, no início deste mandato, a redação do RAMI aprovada por esta Assembleia vem eliminar a existência de qualquer dúvida procedimental. Assim, o RAMI de forma clara no seu *art. 11º e de forma objectivo em nº1), nº2) e nº4)* define as condições para que o membro possa ver deferido o seu regresso antecipado com efeitos imediatos. ----------

Ao invés, a Mesa da Assembleia decidiu incluir na ordem de trabalhos um ponto para apreciação e votação do "regresso antecipado" do Deputado Municipal. Mesmo após os diversos contactos efectuados pelo Bancada do PS, apelando ao bom senso da Mesa para ajustar a decisão, entenderam não o fazer. Este procedimento não só é ilegal como ao arrepio do histórico de atuação da Mesa da Assembleia, neste e noutros mandatos, na forma de lidar este tipo de diligências. ----------

Tendo em conta a ilegalidade resultante da inobservância das disposições regimentais, o PS manifesta a sua oposição à realização da sessão de Assembleia Municipal, pelo que resta aos seus eleitos – Deputados Municipais - abandonar os trabalhos como forma de protesto. ----------

A bancada do PS entende ainda que a manutenção da decisão da Mesa da Assembleia resulta numa violação primária dos direitos do Deputado Municipal Hugo Lacerda e da bancada que integra, enquanto eleito pelos Munícipes, acto que – verificadas cabalmente as disposições que obrigavam a outro procedimento, o da convocação imediata – só pode ser encarado como um ataque mobilizado por razões políticas que coloca em causa a obrigação de imparcialidade que se deve exigir a este órgão. ----------

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Ílhavo, perante decisão da Mesa de não-convocação do membro da bancada, o Deputado Municipal Hugo Lacerda, vêem-se forçados a abandonar os trabalhos da sessão ordinária de 16 de novembro, pese embora a importância para o Município dos assuntos em apreciação, designadamente o pacote fiscal e o Plano e Orçamento para 2019. ----------

Caso teimem em prosseguir com esta Sessão da Assembleia Municipal de Ílhavo, a Bancada do PS lutará pela impugnação da mesma. ----------

Bancada do Partido Socialista. 16 de novembro de 2018. ----------

Após a entrega do documento à mesa toda a bancada do Partido Socialista, bem como os Vereadores pelo mesmo Partido eleitos, abandonam a sala. ----------

Presidente da Mesa: Diz que a Mesa lamenta a atitude do PS e julgava que valeria a pena a presença do grupo, na continuidade desta sessão, para que no ponto 9, fosse oportuna a sua discussão. O PS entende proceder assim, pergunta ao plenário se alguém quer expressar outro entendimento, dado que a interpretação que fizemos da Lei, quando foi solicitado o regresso antecipado, face ao pedido de suspensão de 365 dias feito pelo membro Hugo Lacerda, foi a que se estampa na Convocatória. ----------

Ricardo Santos: Pergunta qual a explicação da Mesa, para o procedimento, face ao que acaba de se passar. ----------

Presidente da Mesa: Informa ter enviado toda a informação necessária para os membros estarem inteirados e aquando a discussão do ponto 9, responderá ao que pretenderem perguntar. Anuncia seguidamente a continuação dos trabalhos perfeitamente suportados pelo quórum dos 15 eleitos presentes. ----------

Flor Agostinho: Refere que a posição da Mesa está de acordo com o que foi fundamentado no ponto 9 da ordem de trabalho e que a única novidade terá sido o abandono da sessão por parte dos eleitos do Partido Socialista. ----------

António Pinho: Apela ao Grupo Municipal do Partido Socialista para reconsiderar a sua decisão. A posição política está vincada e será positivo poder contar com os membros democraticamente eleitos para a continuação dos trabalhos. ----------

Presidente da Mesa: Veicula o apelo feito pelo membro, não o tendo feito, pelo abandono imediato do Grupo Municipal da sala. ----------

Anuncia em seguida o reinício dos trabalhos, perguntando ao público presente quem pretende usar a palavra, tendo-se inscrito: ----------

Período de intervenção do público, conforme os artigos 45º e 46º do Regimento: ----------

Hugo Lacerda: Fala com tristeza, na qualidade de munícipe, discordando da atitude da Mesa. Agradece a solidariedade do membro António Pinho quando solicita para reconsiderar a presença na Assembleia. Entende que o ponto 9 não deveria existir uma vez que o pedido de suspensão não foi objeto de apreciação da Assembleia Municipal. Refere que um membro legitimamente eleito pelo povo não deveria ser sujeito a este tipo de tratamento e que deveria ser convocado para tomar parte na Assembleia. Diz que é com muita tristeza e mágoa que se vê obrigado a fazer esta declaração na qualidade de munícipe, após ter sido eleito, legitimamente pelo povo, sentindo-se coartado e restringido no seu direito de participar na Assembleia. ----------

Horácio Melo: Lança o repto ao Presidente da Câmara Municipal para que se homenageie a pessoa do presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Fernando Maria da Paz Duarte, para que se faça justiça à dedicação deste à sua terra. ----------

Presidente da Mesa: Responde à intervenção de Hugo Lacerda informando que os únicos motivos que levaram a Mesa a tomar esta decisão foram a interpretação da lei e do regimento da Assembleia Municipal no número 5 do art.5º. Reconhece que não era hábito trazer esta questão ao plenário. Refere que se tratou de uma leitura mais atenta da lei e que corrigir o erro foi única e exclusivamente aquilo que se pretendeu. Refere que solicitou esclarecimento à assessoria jurídica municipal que sustentou a sua decisão. Lembra também, que quando o membro pediu suspensão de mandato, a Mesa lamentou a suspensão. Nunca foi um ato de má vontade, apenas se trata de interpretação e correção de procedimentos. ----------

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------

I**ntervenção do Presidente da Câmara**: Lamenta o abandono da Assembleia pelos eleitos pelo PS. Informa que regista a intervenção do munícipe Horácio Melo. ----------

Presidente da mesa, anuncia o: ----------

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA, colocando imediatamente a votação a ata nº 9/2018, referente à Sessão do mês de setembro. Foi dispensada a sua leitura porque havia sido enviada para apreciação prévia. ----------

Não houve inscrições, colocada à votação foi **APROVADA POR UNANIMIDADE.** ----------

O Presidente da Mesa informa que chegaram à mesa dois documentos que foram entregues a todos os membros da assembleia. O primeiro trata-se de um voto de pesar pelo Capitão João Laruncho São Marcos, proposto pelo Grupo Municipal do PS sendo subscrito por todos os demais Grupos Municipais.

Não houve inscrições, colocado à votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.** ----------

O segundo trata-se de um voto de louvor ao Diogo Sousa, um Atleta d' Os Ílhavos, e a esta instituição pelos resultados desportivos nomeadamente porque se sagrou campeão do mundo de pesca desportiva na categoria de "Surfcasting", proposto pelo Grupo Municipal do PS sendo subscrito por todos os demais Grupos Municipais. ----------

Colocado à votação foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.** ----------

O Presidente da Mesa evoca o dia do Mar, que se celebra nesta data, uma vez que o Município de Ílhavo tem "O Mar por Tradição". ----------

Presidente da Mesa, abre inscrições para as habituais e **1ªs. Intervenção dos membros**: ----------

Ricardo Santos: Manifesta-se satisfeito pelos bons resultados que a autarquia tem tido no panorama geral. Contudo, diz que é preciso inovar e melhorar de forma contínua, que não se pode repousar sobre os louros do trabalho já efetuado. Lamenta a falta de currículo escolar artístico em Ílhavo. ----------

Irene Ribau: No seguimento da intervenção do Presidente da Mesa sobre o dia do Mar lembra que Ílhavo tem o primeiro Agrupamento com a Bandeira Azul em todas as escolas. Motivo de Orgulho para o Município de Ílhavo. ----------

Flor Agostinho: Questiona o Presidente da Câmara se há mais alguma novidade sobre a descentralização. ----------

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------

1ª. intervenção do Presidente da Câmara: Responde ao Ricardo Santos dizendo que é necessário existir um equilíbrio orçamental e que só assim se consegue ter os elevados índices de desempenho e assim oferecer aos munícipes a qualidade de vida acima da média nacional que podem desfrutar. Congratula-se pelo apontamento que a Irene Ribau teve e parabenteia o Agrupamento da Gafanha da Encarnação. Já na resposta ao membro Flor Agostinho, diz que aguarda a publicação dos diplomas sectoriais, mas que acha que o envelope financeiro é curto para as necessidades. Os diplomas sectoriais carecem de uma análise cuidada devido ao aumento de despesa por parte das autarquias. ----------

Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: ----------
Margarida Alves: Congratula-se pelo facto do Município de Ílhavo estar na moda, cada vez existem mais prémios no Município. Fala dos Litoral Awards que reconheceram o Museu Marítimo de Ílhavo e uma designer do Município, Eliana Masgalos, congratulando-se por esse facto. Enaltece o Projeto cultural do Município de Ílhavo, 23 Milhas. ----------

André Guimarães: Refere tristeza pelo fato dos eleitos pelo PS terem abandonado a Assembleia. ---------

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------

2ª. intervenção do Presidente da Câmara: Reforça as palavras da Margarida Alves e acrescenta que neste dia o Município de Ílhavo foi reconhecido como Estação Náutica, sublinha o potencial que existe no Município. ----------

Presidente da Mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 16 de setembro e 04 de novembro de 2018; ----------
1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Começa por referir que se trata de um período muito rico em atividade. Realça a recente conquista do Prémio RegioStars, de âmbito europeu, pelo Museu da Vista Alegre. Não se trata de um prémio qualquer, é um prémio de todos que reflete o trabalho de todos na potenciação e valorização da nossa terra. Deve por isso ser um motivo de orgulho. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: ----------
Margarida Alves: Realça o sucesso que foi o Milha - Festa da Música e dos Músicos de Ílhavo, reforçando que Ílhavo é um Município que aposta na Cultura. ----------
André Guimarães: Refere que promover a Cultura é projetar a nossa identidade e sempre que existe reconhecimento da nossa cultura estamos a ser valorizados enquanto território. Reforça a importância dos Litoral Awards naquilo que é o longo e profícuo trabalho desenvolvido pelo Município no Museu Marítimo de Ílhavo. Realça a importância do Projeto "Territórios com História" liderado pelo Município de Ílhavo. Reforça que Portugal está no mapa da Europa pelo bom trabalho que se faz em Ílhavo. ----------
Flor Agostinho: Lembra a Menção Honrosa que o Município recebeu no trabalho no âmbito da Maioridade, enaltece o fato de Ílhavo ser um Eco-Município a cem por cento e congratula-se por Ílhavo ser pelo terceiro ano consecutivo um Município Familiarmente responsável. ----------
António Pinho: Salienta a importância do prémio europeu RegioStars e da cultura da bicicleta no Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré. Questiona se está prevista obra na frente-ria da Barra. ---
Ricardo Santos: Refere que Ílhavo se fez na moda e por isso os ilhavenses estão de parabéns. Sugere que se indique na página do Museu Marítimo qual o corpo científico e técnico que trabalha no Museu Marítimo de Ílhavo. ----------
Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------
2ª intervenção do Presidente da Câmara: Congratula-se por o Município de Ílhavo estar a ser falado maioritariamente nesta assembleia pela cultura. Lembra que os investimentos em obras também são importantes pois as obras são para os munícipes e para melhorar a sua qualidade de vida. Quanto à questão do António Pinho refere que é uma obra complexa pois depende de a criação de um talude de consolidação na ria que, como é sabido, é uma área difícil de intervir. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: ----------
Margarida Alves: Releva a abertura do concurso para a requalificação do antigo quartel dos bombeiros de Ílhavo que vai permitir entre outras coisas continuar a perpetuar a nossa história bacalhoeira através da Confraria do Bacalhau. ----------
Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------
3ª intervenção do Presidente da Câmara: Reforça a importância da obra do antigo quartel que irá permitir arejar aquele quarteirão e dessa forma privilegiar o uso pelos peões. ----------
Presidente da Mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o Ponto 2- Apreciação e aprovação da proposta de aquisição de serviços de vigilância e segurança nos edifícios municipais; --------
1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Começa por referir que esta aquisição de serviços por ser plurianual precisa de ser aprovada pela AMI. Trata-se de uma verba na ordem das duas centenas de milhares de euros para um serviço que ajude a evitar atos de vandalismo e similares. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: ----------

Ricardo Santos: Questiona porque motivo o Navio Santo André absorve grande parte da verba horária. Se não seria mais vantajoso o Município de Ílhavo contratar alguém. ----------
Flor Agostinho: Dá nota que a Universidade de Aveiro gasta mais de dois milhões de euros com este género de serviços. Muitas vezes estes serviços são feitos em substituição daqueles que deveriam ser prestados pelos serviços públicos de segurança. ----------
Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------
2ª intervenção do Presidente da Câmara: Esclarece o Ricardo Santos quanto à dificuldade que existe em contratar pessoal para serviços noturnos e os grandes transtornos que as faltas e impedimentos destes trabalhadores causam na gestão dos recursos humanos para a autarquia. Refere que é mais vantajoso contratar empresas especializadas pois sabem melhor como atuar. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: ----------
António Pinho: Manifesta o seu acordo quanto à proposta em apreço. ----------
Presidente da Mesa: Coloca à votação o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE. ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS** ----------

Após a votação os trabalhos são suspensos por cinco minutos para intervalo. ----------
Presidente da Mesa: Após o intervalo, dá a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o Ponto 3- Apreciação e aprovação da proposta do imposto municipal sobre imóveis (IMI), para vigorar no ano de 2019; ----------
1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Solicita que por facilidade de apresentação se apresentem os pontos 3, 4 e 5 em conjunto uma vez que fazem parte do pacote fiscal do Município. ---------- --------
Começa por elencar as diversas fontes de receita municipais. Regista que no presente ano houve um decréscimo nas transferências do FEF na ordem dos duzentos e vinte mil euros em dois anos. Lembra que o FEF representa cerca de 12% no orçamento. Do Fundo Social Municipal tem um peso de 2.5% do orçamento, que mantém o valor. O IRS prevê um acréscimo de cerca de oitenta e oito mil euros e pesa cerca de 7% no orçamento municipal. Decorrente do número 3 do artigo 35º da nova Lei o município irá receber mais cerca de duzentos e sessenta e um mil euros que servirá para compensar a perda de receita a nível de FEF. As transferências do estado são cerca de 22% do orçamento municipal, se se retirar a parcela do IRS, o Governo apenas transfere para a autarquia 15% do seu orçamento. Refere ainda que o imposto de selo reflete 3.6% do orçamento, a derrama 3.5% do orçamento, o IMT são 6% do orçamento e o IMI corresponde a 28% do orçamento municipal. Prevê-se que o FEDER corresponda a 20% do orçamento. De grosso modo é este o pacote fiscal municipal. Convém lembrar que a despesa com pessoal corresponde a 23.4% do orçamento municipal. O serviço de dívida corresponde a 8% do orçamento, registando um decréscimo. Dentro deste espírito reforça que os serviços oferecidos aos munícipes são acima da média nacional. A propositura será para manter o IMI em 0.375% que está num valor intermédio face aos limites existentes, sendo um valor equilibrado. Lembra que muitas famílias estão abrangidas pelo IMI familiar que se traduz numa diminuição do valor de imposto para essas famílias. Refere que o IMI é reduzido para as casas que têm um certificado de eficiência energética. No que toca ao IRS a propositura é de manter o IRS uma vez que no seu todo representa uma verba importante para o Município. Quanto à derrama, lembra que é um imposto pago apenas pelas empresas que têm lucro e que só se cobra a empresas com lucros superiores a 150 mil euros, sendo que a propositura será de manter a taxa. Todas estas receitas ajudam o município a qualificar-se naquilo que é a atividade municipal na área da educação, cultura, obras municipais e tantos outros investimentos. Trata-se de uma proposta equilibrada e, ainda assim, os vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal votaram contra a proposta exceto naquilo que concerne à derrama. Julgamos que desta forma o executivo municipal defende melhor os interesses dos seus munícipes. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: ----------

Ricardo Santos: Concorda que não é fácil fazer mais com menos recursos. Lembra que a população viveu momentos difíceis com a crise e poderia ser interessante haver um ajustamento à taxa de IMI, embora não seja a taxa mais alta do país. Vê com agrado as exceções consideradas na taxa de IMI. --------
Flor Agostinho: Refere que cada vez mais os Municípios suportam a sua gestão no IMI e que o Governo está a apostar numa lógica de agravar os impostos ao património das pessoas. Em Ílhavo não se está a aumentar o IMI, está a manter uma taxa intermédia. Alerta que uma forma de descredibilizar os políticos é andar sempre a mexer nas taxas dos impostos. ----------
Pedro Rosa Novo: Se por um lado os munícipes não querem pagar, por outro lado querem ser bem servidos. Ora as taxas atuais permitem uma boa qualidade dos serviços e como tal devem ser mantidas. –
António Pinho: Defende que deve haver um equilíbrio entre as necessidades da comunidade e o custo das mesmas. Lembra que não há dinheiro público, há o dinheiro que os contribuintes pagam. Quanto ao IMI gostaria que a taxa fosse reduzida como sinal de esperança para os cidadãos. ----------
Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------
2ª intervenção do Presidente da Câmara: Em resposta afirma que a título só de IVA os contribuintes pagam quase um quarto do seu rendimento neste imposto. Entende que o valor intermédio é uma opção perfeitamente equilibrada. Já foi dado o tal sinal há dois anos, pois havia condições para tal, reduziu-se 6.25%. Não se pode reduzir o IMI sem baixar a atividade municipal. ----------
Presidente da Mesa: Abre inscrições para a 2ª intervenção dos membros: ----------
Margarida Alves: Refere que o PS é o partido que imputou a maior carga fiscal nomeadamente com o adicional de IMI. Fala das declarações de voto dos eleitos do PS que defendem a baixa de IMI e defendem um partido que criou o adicional de IMI. Diz que se trata de pura demagogia. ----------
Presidente da Mesa: Coloca à votação o ponto em análise que é **APROVADO POR MAIORIA COM TREZE VOTOS A FAVOR DO PSD, UM VOTO CONTRA DO CDS/PP E UMA ABSTENÇÃO DO BE. ----------**
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS ----------

Presidente da Mesa: Uma vez que o Presidente da Câmara introduziu já o Ponto 4 - Apreciação e aprovação da proposta de derrama para vigorar no ano de 2019, abre inscrições para a 1ª intervenção dos membros: ----------
Flor Agostinho: Refere que já se sabe o que é a derrama e como é contabilizada, não é a derrama que faz com que as empresas não se instalem no nosso Município. Lembra que este orçamento municipal deve ter em conta aquilo que será a descentralização. Recorda a falta de investimento público que este Governo tem protagonizado nomeadamente na área do Mar, que espelha a falta de visão do Governo. ----------
António Pinho: No caso da derrama o CDS/PP concorda com a proposta apresentada sendo que a derrama é o contributo das empresas para a comunidade onde as empresas estão inseridas. ----------
Ricardo Santos: Em relação à derrama o BE é favorável a um agravamento da mesma. Sugere que se deveriam criar um quadro de incentivo mediante determinadas condições tais como indústrias limpas. ----
Presidente da Mesa: Coloca à votação o ponto em análise que é **APROVADO POR UNANIMIDADE. ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS ----------**

Presidente da Mesa: Uma vez que o Presidente da Câmara introduziu já o Ponto 5- Apreciação e aprovação da proposta de fixação da participação variável no IRS para os rendimentos no ano de 2019: --
António Pinho: Entende que sendo o IRS um imposto de iniciativa não municipal deveria ser o Governo a atenuar a taxa. Compreende que se mantenha a taxa. ----------
Ricardo Santos: Neste assunto tem uma posição contrária à do CDS/PP que deveria ser dado um sinal na redução desta participação variável. ----------

Presidente da Mesa: Informa que vai dar a palavra ao Presidente da Câmara, para as necessárias respostas: ----------
1ª intervenção do Presidente da Câmara: Refere que não é prudente que os impostos municipais sejam reduzidos ao mínimo e que depois as autarquias perdem poder negocial com a administração central. Reafirma que a verdadeira carga fiscal está do lado da administração central que retira cerca de um quarto do rendimento do trabalho logo na fonte. ----------
Presidente da Mesa: Coloca à votação o ponto em análise que é **APROVADO COM TREZE VOTOS A FAVOR DO PSD, UMA ABSTENÇÃO DO BE E UM VOTO CONTRA DO CDS/PP. ----------**
ESTE PONTO FOI APROVADO EM MINUTA PARA QUE POSSA PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS ----------

Presidente da Mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o Ponto 6 - Apreciação e aprovação da proposta das grandes opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2019.; --
1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Refere que este é um documento estruturante naquilo que será a atividade municipal. Refere que haverá uma alteração relativamente à transferência de verbas do IMI o que gera alguma incerteza quanto a questões de tesouraria. Regista que existe um decréscimo de despesas de funcionamento em cerca de 8%. Aborda a questão dos chamados trabalhadores precários que serão englobados no mapa de pessoal. Refere que a dívida bancária prevista para o final de 2019 será cerca de seis milhões de euros um valor perfeitamente gerível para a estrutura do Município de Ílhavo. As grandes opções do plano refletem aquilo que têm sido as prioridades da Câmara Municipal, uma aposta forte no nosso Município e nos munícipes, o apoio às associações, uma dinamização forte na área da cultura, a educação e a juventude, diversas obras de saneamento, do PAMUS, vias cicláveis, do PARU, entre tantas outras. Nunca descurando um apoio social forte àqueles que são os mais desfavorecidos nem deixando de fazer os eventos que são imagem de marca do Município como é o caso do Festival do Bacalhau. ----------
Presidente da Mesa: Agradece a exposição e informa que se atingiu a hora de encerramento desta reunião, dando assim, como encerrados os trabalhos, que deverão continuar na próxima sexta-feira nos termos da convocatória. ----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Fernanda Cravo, 1ª Secretária, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. ----------

O Presidente da Assembleia _____

A 1ª. Secretária _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019.